

RESERVA INDÍGENA (1)

Desmatamento em Ibirama continua

Ambientalista diz que a cada noite saem até 50 caminhões carregados de madeiras nobres

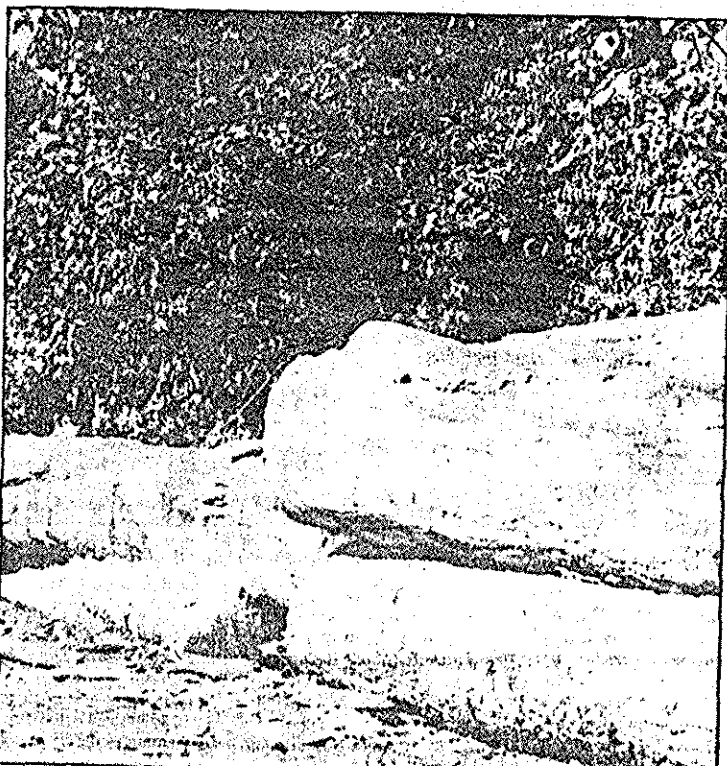
ULA WEISS
Blumenau

Em terra de índio lei do branco não tem valor. Enquanto os yanomâmbis são exterminados por garimpeiros no Norte do Brasil, a floresta dos 14 mil hectares da Reserva Duque de Caxias, ocupada por tribos de xoklengs, kaingangas e guaranis, no município de José Boiteux, continua sendo devastada pela ganância de madeireiros do Alto Vale do Itajaí. O auge do ciclo extrativista no território indígena ocorreu em 1986, quando eram retirados diariamente cerca de 2.400 metros cúbicos de madeira de lei do local. O suficiente para erguer 300 casas de 80 metros quadrados cada.

Em 1990, as motosserras silenciaram com a legislação proibindo a exploração predatória da Mata Atlântica. Mas agora, passado o impacto inicial, o corte recomeçou. De acordo com denúncias, saem clandestinamente da reserva todas as noites cerca de 50 caminhões carregados com 400 cúbicos de toras. O alerta parte de Miriam Prochnow, presidente da Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí), que reclama da falta de estrutura do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), atuando com apenas três agentes para fiscalizar 33 municípios da região.

De acordo com levantamento feito pela Funai em

Caso de polícia



CLEIDE DE OLIVEIRA/OC/Imagem

Corte ilegal é feito por pequenas serrarias de Benedito Novo e Doutor Pedrinho

março de 1991, não existem mais porções intocadas na formação vegetal que recebe 91% da superfície da Reserva Duque de Caxias, do tipo Perenifólia Higrófila Costeira. E do patrimônio florestal original, restavam 60% da mata, em estágio muito alterado.

MIGALHAS - A ambientalista culpa proprietários de pequenas serrarias instaladas em Benedito Novo e Doutor Pedrinho pelo corte ilegal na Reserva Duque de Caxias que, aliás, diz, nunca parou. "Eles desafiam a lei e recolhem as migalhas que os poderosos madeireiros dei-

xaram para trás", afirma. É que no auge do ciclo extrativista, os madeireiros se davam ao luxo de cortar apenas as árvores de canela, espécie nativa da Mata Atlântica muito valorizada. Ao contrário do que manda o bom-senso, não aproveitavam nem os galhos e, para arrastar as gigantescas toras que alcançavam até 35 metros de altura, destroçavam tudo que as cercava usando guinchos de até 33 toneladas.

Hoje, as motosserras miram as poucas árvores de canela que restaram, média de cinco unidades por hectare (frequência 20 vezes me-

nor que a original), impróprias para o corte porque tem média de 20 centímetros de espessura, o também as chamadas madeiras de qualidade, entre as espécies pintabuna, arapá, cedro e outras, usadas para construção e alinhamento, e a capoeira, para lenha destinada à queima que se transforma em carvão vegetal.

"O equilíbrio ecológico de Santa Catarina continua ameaçado", lamenta a presidente da Apremavi, lembrando que o Estado tinha 81,50% do seu território cobertos com a Mata Atlântica e hoje restam 15% da floresta.

Empresas cresceram enganando os índios

Nos anos 80 e com menor intensidade nesta década, a prática predatória gerou o enriquecimento ilícito de pelo menos cinco grandes madeireiros e dezenas de pequenos, protegidos por um pacto de silêncio. É sabido também que apesar da remuneração dos índios pela madeira retirada ter sido sempre aquém do valor real por volta de um quinto do preço de mercado, alguns deles se especializaram em explorar seus iguais, tirando vantagem da atividade.

Para burlar a fiscalização e controle dos órgãos competentes, os brancos lançaram mão de vários artifícios. Registros da Funai e depoimentos de moradores da região revelam artimanhas, como o de passar os documentos de caminhões e tratores no nome de índios, para ficar livre das multas e também dos processos pela ilegalidade da extração. Abiram estradas clandestinas e chegaram até a entrar toras para venda posterior.

contrato para extração, feito diretamente com as lideranças das tribos, exige apenas a contrapartida da medição pelos índios quando as toras estão nos caminhões. O cálculo na maioria das vezes favorece o madeireiro, que manipula os números frente à ignorância dos verdadeiros donos da floresta. Enquanto o metro cúbico de madeira qualidade está custando CR\$ 20 mil nas serrarias, o índio recebe atualmente apenas CR\$ 4 mil.

Essas negociações renderam milhões aos indígenas, na década passada, porém, eles não souberam aplicar o dinheiro apurado. Cairam na ociosidade, as taxas de criminalidade, prostituição e alcoolismo cresceram, enquanto abandonavam as roças e a criação de suínos e galinhas para o sustento, preferindo comprar alimentos em Ibirama. Esse dinheiro proveniente do sacrifício da mata oxigenou a economia da microrregião circunvizinha à Reserva Duque de Caxias por muito tempo.

CONTRAPARTIDA - O



Número de fiscais do Ibama facilita depredação

Floresta diminui enquanto miséria aumenta

Com a legislação de 1990 proibindo qualquer tipo de exploração da Mata Atlântica, a vida dos índios mudou radicalmente. Coincidiu com esse período os choques pela ausência da indenização devida pelo Governo Federal, desde 1975, referente à desapropriação de 1.400 hectares para a construção da Barragem Norte, do sistema de contenção do cheias do Vale do Itajaí. Os índios invadiram o canteiro de obras, impedindo a continuidade dos trabalhos.

Para completar, a promiscuidade levou a Reserva Duque de Caxias a registrar também, em 1990, o primeiro caso do Planeta de um indígena infectado com AIDS. Estudiosos apontam como pivô desse processo de perda de identidade dos índios de José Boiteux a construção da barragem, que tomou e inundou a área mais fértil para agricultura na reserva. Hoje, a barragem está pronta e a Funai não conseguiu ainda desenvolver um plano de desenvolvi-

mento sustentável na reserva.

Miscaráveis, lutando para encontrar outro modo de sobrevivência, os índios apelam para qualquer alternativa que renda dinheiro. Cleto Fusinato, prefeito de José Boiteux (PMDB), onde se situam 80% do território de 14 mil hectares da reserva federal indígena de Duque de Caxias, afirma estranha a incompetência da Funai para amparar a população de índios que vive na região. "Desde que a reser-

va foi criada, não fizeram absolutamente nada para ensiná-los a ganhar a vida, sem paternalismo, preservando também sua cultura. Com que autoridade podemos acusá-los por estarem desmatando sua propriedade, se eles tem fome?"

CORTE - Para o prefeito, a repressão para a suspensão do corte de madeira na reserva deve ser dirigida aos brancos. "Se os madeireiros não comprassem a madeira, os índios não mexeriam na

mata." Mas destaca que é preciso, antes disso, tomar providências urgentes para melhorar a qualidade de vida na reserva. A pastora Glédis, da Comunidade Evangélica Luterana, que há alguns anos desenvolve um trabalho de assistência e educação dos índios, ensinando-os a plantar milho, cebola, feijão e fornecendo mudas para que cultivem pomares e hortas, também é da mesma opinião.

"A extração de madeira é

uma questão controvertida. Os índios estão precisando de casas, de assistência médica e estímulo para enfrentarem as dificuldades da pobreza, mas as autoridades estão completamente ausentes desse processo." Prova é que das 188 casas que o Governo teria que construir na reserva, em troca dos prejuízos da barragem, apenas 28 foram concluídas. E mesmo estas, garante a pastora, com qualidade muito aquém da prometida.

SEQUE

Acessos facilitam as serrarias

Retirada das toras se dá na madrugada e é protegida pela imunidade que a área desfruta

Dos 14 mil hectares da Reserva Duque de Caxias, 80% situam-se no municí-

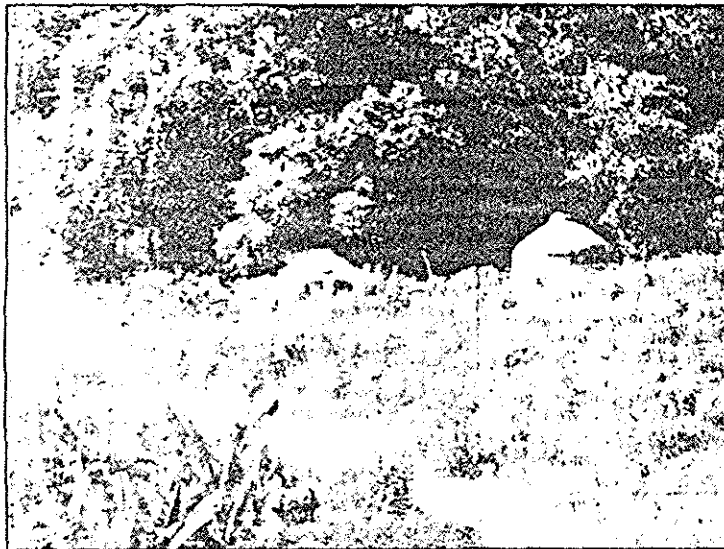


pio de José Boiteux e o restante em Vitor Meireles. A área indígena faz

divisa ainda com Itaipópolis, Mafra e Doutor Pedrinho. Essa variedade de acessos permite que os donos de serrarias que tiram madeira ilegalmente da área façam percursos diversos para o transporte das toras. O preferido é a estrada que liga a localidade de Bonsucesso, em Doutor Pedrinho, até Benedito Novo. Mas há quem cruze Doutor Pedrinho até Ibirama, passando pela Serra do Vigand, em direção a Itaipópolis.

O transporte é feito de madrugada. Os operários ficam acampados na Reserva Duque de Caxias,

Na calada da noite



Um dos caminhos mais usados liga a localidade de Bonsucesso a Benedito Novo

protegidos pela imunidade do território indígena, onde nem a polícia ou os fiscais do Ibama podem entrar sem autorização. O vice-cacique geral da reserva, Elpidio Priprá, também vereador em José Boiteux, diz que desde 1990 não se tira mais madeira da área.

Essa versão é desmentida pelo agente Jurandir da Silva, um dos três fiscais do Ibama no escritório regional de Rio do Sul. Ele afirma que recebe denúncias diárias não só de exploração da Mata Atlântica na Reserva Duque de Caxias, mas também de ação clandestina de ma-

deiros em terrenos particulares, assim como de caça. Em julho, uma blitz nas cidades de Doutor Pedrinho, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Itaipópolis e Rio do Campo resultou em apreensões e lacramento de serrarias, mas a fiscalização não inibe os exploradores.

Não há estrutura para garantir fiscalização

Para conseguir brecar as motosserras na região, diz o agente Jurandir da Silva, faltam verbas e pessoal ao Ibama. "Três agentes tem que cuidar de 33 municípios onde as irregularidades são frequentes", reclama. Além disso, o escritório de Rio do Sul ficou sem carro durante dois anos. Apenas em julho conseguiram um veículo que, muitas vezes, fica sem combustível. "Não sabemos que estão tirando madeira, mas não temos condições de reprimir. Mal a gente dá as costas, começa tudo de novo."

A caça é outro problema na região do Médio e Alto Vale do Itajaí. Em Benedito Novo, Doutor Pedrinho e até mesmo em Indaial, Rio dos Cedros e Ibirama, donos de sítios correm o risco de serem atingidos por tiros de espingardas, disparados por caçadores que invadem as propriedades para matar e capturar para levar a cativo domésticos, macacos, bugios, tucanos, arapongas, nhambus e até mesmo esquilos.

CARDÁPIO - Um colono da região, Carlos F., garante que o mais novo prato do

cardápio dos caçadores é pastel com carne de esquilo. Miriam Prochnow, presidente da Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí), confirma a manutenção da fauna. Também lamenta o desaparecimento do sassafrás, madeira nativa da Mata Atlântica da região, bem como a ameaça de extinção do palmito. "É um crime o que estamos assistindo."

O agente do Ibama, Jurandir da Silva, retruca dizendo que esse trabalho é demorado e nem sempre apresenta resultados. Ele conta o caso de uma apreensão de armas ocorrida, semana passada, na fazenda Agrião, no município de Apiúna, uma área de reflorestamento.

Três caçadores de Brusque foram flagrados num acampamento, mas não tinham nenhum animal abatido. "As denúncias eram antigas, mas apesar do empenho de termos ficado de plantão durante a madrugada, com reforço da Polícia Militar, não pudemos prendê-los porque não fizemos flagrante", relatou Jurandir.

Projeto para reflorestar a região recebe verba

Enquanto as árvores altas e copas largas tombam na Mata Atlântica, a Apremavi tenta reflorestar a região cultivando mudas num viveiro, em Rio do Sul, com capacidade para produzir anualmente 120 mil mudas de 40 espécies que estão desaparecendo, como a canela. O projeto receberá cerca de 40 mil dólares do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

A presidente da Apremavi, Miriam Prochnow, afirma que o dinheiro servirá para intensificar as ações educativas na região. As 120 mil mudas são suficientes para recobrir 60 hectares, um grão de areia, comparado ao patrimônio de 14 mil hectares que sofrem devastação. Se outras instituições e Governo liberassem recursos a Mata Atlântica poderia ser recomposta a longo prazo, diz Miriam. ■